



O senador Gadelha é a favor da greve para os servidores

Senadores defendem a livre negociação

A instituição da livre negociação entre trabalhadores e empregadores, com o fim da interferência do governo nas paralisações, é um dos principais itens que devem constar da nova Lei de Greve, na opinião dos senadores Ronam Tito (PMDB-MG), Marcondes Gadelha (PFL-PB) e Iram Saraiva (PMDB-GO).

Ao analisar, ontem, a onda de greves que ocorre no país, os três senadores foram unânimes ao afirmar que elas decorrem, sobretudo, da grave crise econômica que o país atravessa. Descartaram, porém, qualquer possibilidade das paralisações levarem a um retrocesso político.

"O problema da greve tem que ser resolvido entre patrão e empregado, o governo não deve se meter", ressalta o senador Ronam Tito, que tem dois projetos na Câmara relativos à nova Lei de Greve. Em um deles prega a livre negociação, e no outro propõe o estabelecimento de um prazo mínimo de dez dias para negociação, sendo a Justiça do Trabalho acionada somente após o vencimento desse período.

O senador mineiro, no entanto, acha que o direito de greve para os funcionários públicos deve ser restrito. Ele entende que todos os servidores públicos devem ter direito de sindicalização, mas restringe o

direito de greve aos que são regidos pela CLT (que podem ser demitidos sem inquérito administrativo, o que não é facultado aos estatutários).

A questão do direito de greve para o funcionalismo é ponto de divergência entre os senadores. Marcondes Gadelha é de opinião que os servidores podem entrar em greve, mas dependendo da essencialidade de sua função. "Já imaginou bombeiros fazendo greve?", ressaltou. Já Iram Saraiva mostrou-se mais liberal, e inclusive enviou proposta à Constituinte sugerindo a concessão do direito de sindicalização a todos os servidores públicos. "O direito de greve virá depois", acrescenta frisando que não há porque concedê-lo somente aos celetistas.

Convictos de que a nova Lei de Greve virá com a nova Constituição, os senadores lamentaram os episódios ocorridos em Brasília na terça-feira (quando bancários e até constituintes foram agredidos pela polícia), lembrando que a utilização de qualquer meio, a não ser o do diálogo, para coibir setores que estão reivindicando foge aos princípios democráticos. "Serviu como um alerta para que na nova Constituição se elimine qualquer possibilidade de repressão aos trabalhadores", destacou Iram Saraiva.